

MEU FILHO ME TORNOU UMA PESSOA MELHOR! O QUE DIZEM JOVENS MÃES DE PERIFERIA

Juliana Ribeiro de Vargas¹
Jeane Felix²
Dolneia Aparecida dos Santos³

Resumo: Esse estudo analisa e problematiza representações de maternidade, a partir de narrativas de jovens mães e gestantes, entre 17 e 23 anos de idade, alunas do Ensino Médio de uma escola pública da periferia de Canoas (RS), a partir do aporte dos Estudos Culturais em Educação, dos Estudos de Gênero e dos Estudos sobre Juventude. Como metodologia, foram realizados encontros de Grupo Focal, entre novembro e dezembro de 2018. Destacamos que a gravidez e a maternidade são experimentadas pelas jovens de modo singular, uma vez que se articulam a outros marcadores sociais que caracterizam a juventude. No entanto, suas representações acerca de tais dimensões ainda reiterem ideários historicamente construídos sobre ser o “ser mãe”

Palavras-chave: Estudos Culturais; Gênero; Juventudes; Maternidade; Periferia Urbana.

My child made me a better person! What young periphery mothers say

Abstract: This study analyzes and problematizes representations of motherhood, from the narratives of young mothers and pregnant women, between 17 and 23 years of age, high school students from a public school on the outskirts of Canoas (RS), from the contribution of Cultural Studies in Education, Gender Studies and Youth Studies. As a methodology, Focus Group meetings were held between November and December 2018. We highlight that pregnancy and motherhood are experienced by young women in a unique way, since they are linked to other social markers that characterize youth. However, their representations about such dimensions still reiterate ideas historically constructed about being “being a mother”

Keywords: Cultural Studies; Gender; Youth; Maternity; Urban Periphery.

O TEMA, O TEXTO E SEU CONTEXTO

A experiência da gravidez e da maternidade na juventude é uma questão que inquieta/incomoda/preocupa diversos segmentos da sociedade, entre eles,

¹ Universidade Luterana do Brasil (juliana.vargas@ulbra.br)

² Universidade Federal da Paraíba (jeanefelix@gmail.com)

³ Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul (nciaprofport@hotmail.com)

famílias e escolas. Há, nesse debate, uma disputa de pontos de vista, desde aqueles que consideram a experiência da gravidez e da maternidade como um direito reprodutivo de adolescentes e jovens maiores de 14 anos (uma vez que a legislação brasileira não considera uma escolha as relações sexuais com pessoas menores de 14 anos) (VENTURA, 2009), outros que analisam a maternidade do ponto de vista do exercício da sexualidade, da educação em sexualidade e da saúde pública (ver, por exemplo, HEILBORN e cols., 2006; VIEIRA e cols., 2017), até aqueles cujas visões moralistas não reconhecem as experiências do exercício da sexualidade entre jovens e apostam na abstinência como estratégia de prevenção (BRASIL, 2020; DEROSA, 2020). Em outros termos, trata-se de uma temática que demanda reflexões constantes no âmbito das pesquisas e das práticas pedagógicas, especialmente, a partir da perspectiva das jovens grávidas e mães.

Nesse sentido, a partir dos aportes teóricos dos Estudos Culturais em Educação, dos Estudos de Gênero e dos Estudos sobre Juventude, constituímos o presente trabalho, recorte de uma investigação maior. Nosso objetivo foca-se em analisar e problematizar representações de maternidade a partir das narrativas de doze jovens mães, na faixa etária entre 17 e 23 anos de idade, estudantes do Ensino Médio de uma escola pública da periferia de Canoas (RS). Tais alunas participavam, no período da pesquisa, na própria instituição em que estudavam, do projeto CIPAVE, coordenado pela autora Dolneia Santos, também professora da escola.

O projeto CIPAVE, sigla para “Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar” está presente na rede estadual de ensino desde 2015 e visa tratar de temáticas como violência, bullying, sexualidade, projetos de vida juvenis. Na escola referida, a temática escolhida foi a gravidez na juventude apenas entre as jovens, uma vez que a evasão das jovens mães, após o nascimento do bebê, era recorrente. Assim, foram convidadas a participarem do projeto CIPAVE, em encontros semanais, no período de aula, jovens alunas gestantes e também jovens mães, estudantes da escola, no Ensino Médio Noturno. E, posteriormente, as mesmas jovens aceitaram o convite para participar da investigação de Mestrado de Dolneia Santos (2020).

A referida pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Jussara Maria Polidoro, localizado no bairro Guajuviras, zona periférica de Canoas (RS). Mais conhecido como “Jupol”, o colégio comportava, em 2018, aproximadamente mil alunos em turmas do Ensino Fundamental e Médio, nos três turnos diários.

É importante destacar que o bairro Guajuviras origina-se, assim como outros espaços urbanos periféricos, com a construção de moradias populares fomentadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), entre as décadas de anos de 1970 e 1980. Tais moradias eram construídas, de modo geral, em territórios distantes dos centros administrativos das cidades e dividiam espaço, em regiões como o Guajuviras, com outras ocupações – habitacionais e comerciais – irregulares. Atualmente, a população do bairro é formada por trabalhadores em várias atividades, fábricas e construção civil, microempresários, empresários liberais e muitos universitários.

As narrativas das jovens pesquisadas foram constituídas sob a metodologia do Grupo Focal. Vale ressaltar que a produção de dados através do grupo focal tem como uma de suas maiores riquezas basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos. Ele contrasta, nesse sentido, com dados produzidos/colhidos através de questionários fechados e/ou entrevistas individuais, instrumentos em que o indivíduo é convocado a emitir opiniões sobre assuntos que talvez nunca tenha pensado anteriormente. As pessoas, em geral, precisam ouvir as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias, e constantemente mudam de posição (ou fundamentam melhor sua posição inicial) quando expostas à discussão em grupo. É exatamente este processo que o Grupo Focal tenta captar. Dal’Igna (2011) explica que tal metodologia consiste na interação entre os participantes e o pesquisador, que tem como objetivo produzir/colher dados a partir da discussão focada em tópicos e específicos e direcionados.

Os encontros foram realizados entre novembro e dezembro, na escola em que as jovens estudavam, respeitando critérios éticos de pesquisa. É importante destacar que a pesquisa teve início somente após a aprovação do Comitê de Ética da Universidade, em outubro de 2018.

Vale referir que os Estudos Culturais, desde seu princípio, configuram-se como espaço para a problematização de relações dicotômicas, fundamentadas pelas tradições elitistas, tais como alta cultura x cultura de massa; cultura burguesa x cultura operária e entre cultura erudita x cultura popular (COSTA, SILVEIRA, SOMMER, 2003). Nessa perspectiva, “os EC abrem espaço para investigações locais, sobre “gente comum”, e os limites e possibilidades de suas existências periféricas, marginalizadas e excluídas” (FELIX, 2019, p. 20). Já os Estudos de Gênero, cuja emergência ocorre no âmbito dos movimentos feministas e de mulheres (MEYER, 2003a), permitem-nos compreender o

conceito de gênero como: “[...] uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual” (SCOTT, 1995, p.72). Logo, a partir dessa premissa podemos afirmar que gênero não se limita à diferença sexual entre homens e mulheres, mas sim a como o indivíduo é representado culturalmente em razão dessa (LOURO, 2010).

A partir da perspectiva teórica dos Estudos Culturais, compreende-se a juventude em sua diversidade, tanto que a denominação deixou de ser usada no singular e passou a ser adotada no plural (juventudes). A juventude pensada em sua diversidade e em suas peculiaridades, é detalhadamente explorada em literaturas sobre o tema, especialmente por autores como Dayrell (2007), Carrano (2015). Logo, compreendemos a juventude como uma categoria plural constituída discursivamente, em consonância com determinadas condições históricas e sociais e não apenas descrita por características físicas e/ou psicológicas (VARGAS, 2015), vivenciada em seus atravessamentos com outros marcadores culturais, se configurando de modo interseccional. Entre as diferentes possibilidades de vivência da juventude destacamos, neste texto, a gravidez e a maternidade como experiências singulares que marcam de diferentes formas a vida das jovens mulheres.

Nesse sentido, Meyer (2003b) destaca que o processo da gravidez está estreitamente relacionado com o de construção de gênero: educar mulheres para tomarem- se grávidas e viverem como tal está dentro de processos que nos educam como sujeitos de gênero. A nomeação “é uma gestante”, referente ao ato de estar grávida é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de normas de como deve se comportar e cuidar (de si de do filho ou filha que se encontra em seu ventre). Na lista dos comportamentos e cuidados que uma mulher em estado de gravidez deve seguir há um conjunto de prescrições e condutas que dizem sobre os modos de ser e estar no mundo. Uma mulher nesse estado passa a ter sua existência secundarizada, devendo exercer todas as condutas de cuidados com o/a(s) filho/a(s) que espera, a prioridade, segundo as normas sociais atribuídas à mulher nessa condição é a de atender as necessidades de seu/sua bebê (ZANATTA e cols., 2017).

Contudo, a partir dos campos teóricos citados, buscamos problematizar as posições naturalizadas de mulher/mãe instituídas por discursos ao longo dos tempos, nas diversas sociedades, visando compreender a maternidade como uma construção social que se movimenta no âmbito da cultura. Com isso, não

estamos negando a materialidade da vivência da gravidez e da maternagem, mas situando-as no âmbito da cultura que atribui o que uma mulher-grávida/mulher-mãe deve ser, como deve se comportar, o que deve fazer, gerenciando suas condutas. Ademais, compreendemos que em relação à juventude, a gravidez e a maternidade são experimentadas de modos muito singulares, porque articulam-se a elas outros marcadores sociais que caracterizam a juventude, por meio das experiências geracionais, vivenciadas de modos distintos por pessoas e grupos distintos.

GRAVIDEZ E MATERNIDADE DE JOVENS NO BRASIL: ALGUMAS PISTAS

A juventude como compreendemos hoje é uma construção social, o que nos permite dizer que embora existam demarcações etárias (importantes, por exemplo, para a formulação de políticas públicas) que destacam e caracterizam os/as jovens, as vivências da juventude não acontecem do mesmo modo por pessoas de uma mesma faixa etária. Há diferenças nos modos de ser e estar jovem que se constituem por marcadores como local de moradia, raça/cor, gênero, vivências da sexualidade, escolaridade, entre tantas outras. A experiência da gravidez e da maternidade, nessa etapa da vida, se constitui como mais um dos marcadores que distinguem as formas de experimentar a juventude e embora essa experiência também seja complexa, plural e atravessada por diferentes marcadores sociais, há alguns elementos que nos permitem pensar essa experiência a partir do que nela seria comum.

Indiferente de ser ou não desejada, a gravidez, em qualquer etapa da vida, implica em uma série de mudanças e desafios e, nesse período da vida, acrescentam-se esses desafios a necessidade de se conciliar a maternidade à continuidade dos estudos, ao trabalho e às práticas de diversão e entretenimento, comuns na juventude em uma cultura como a nossa. Diante disso, cabe destacar que a gravidez de jovens era algo recorrente na escola em questão no período em que ocorreu a pesquisa, principalmente entre aquelas que estavam ingressando no Ensino Médio. Essa situação não é comum apenas na escola estudada, mas no nosso país como um todo. De acordo com dados do Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, no Brasil, a cada mil bebês nascidos/as vivos/as, 62 são filhos/as de mães entre 15 a 19 anos, bem acima da média mundial que é de 44 bebês a cada mil bebês nascidos/as

vivos/as (UNFPA, 2019). Em números absolutos, mais de 400 mil bebês ao ano são filhos/as de mães nessa faixa etária.

Dentre representações sobre a maternidade (re)constituídas pelas jovens mães, ao longo da pesquisa elencamos, para este trabalho, narrativas que marcam a descoberta da gravidez e/ou o nascimento do(a) filho(a) como o disparador para mudanças nas ações e comportamentos das jovens e ainda, como condutor para constituição de seus projetos de vida. Neste texto, compreendemos projetos de vida como “aquilo que se pretende/deseja/intenciona fazer em relação à própria vida”; são os planos e os desejos que temos (ou que socialmente se espera que tenhamos) em relação às nossas próprias vidas, “em um futuro próximo ou distante, em termos profissionais, educacionais, afetivos, familiares, consumistas, ideológicos, entre outros” (MEYER & FELIX, 2013, p. 184).

Interessa-nos aqui compreender de que modo a maternidade atravessa (ou não) os projetos de vida das jovens participantes de nossa pesquisa. De nosso ponto de vista, suas declarações deixam evidente o quanto essas jovens mulheres modificam, transformam, reorganizam seu modo de ser e de viver em razão da maternidade. Nesse sentido, por meio de suas narrativas, observamos o quanto querem se transformar em pessoas melhores a fim de proporcionar aos seus filhos e filhas tudo o que não receberam de seus pais/mães/responsáveis, evitando que suas crianças passem por situações difíceis pelas quais passaram. Para nós, parece muito nítido o quanto essas jovens-mães assimilam os modos de ser mãe desejados, ensinados, propagados e reproduzidos ao longo da história da sociedade.

É importante destacar que nenhuma das jovens participantes dessa pesquisa, na época de sua gravidez, possuía plano de saúde privado. Seus pré-natais foram realizados em um dos dois postos de saúde localizados no bairro em que residem, na periferia do município de Canoas, Rio Grande do Sul, e seus partos foram realizados em hospitais públicos da própria cidade. Em alguma medida, podemos pensar que práticas promovidas pelo acompanhamento de suas gestações, bem como, os discursos circulantes sobre gravidez em diversas dimensões, a exemplo da escolar e da midiática, colaboraram para a constituição de representações acerca da maternidade narradas pelas jovens. A representação, nas palavras de Hall (2002, p.31), “é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e

compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam os sujeitos”.

Sobre a discussão que trazemos para o presente trabalho, é importante destacar entre os séculos XVII e XIX, o desenvolvimento do capitalismo, a ascensão da burguesia e, por conseguinte a divisão entre esferas públicas e privadas. Desse modo, a criança, até então criada em comunidade, passa a ser responsabilidade das famílias, prioritariamente, das mães. Ao mesmo tempo, a diferenciação de papéis sociais começa a solidificar-se. Ao homem caberia o sustento da casa, enquanto à mulher os cuidados da família (SCAVONE, 2001). Nesse período, a imagem da mulher começa a ser associada unicamente com a ideia de mãe e os cuidados relativos à uma criança passam a ser exclusivos das mulheres. Ao mesmo tempo, iniciam-se por volta de 1760, publicações médicas definindo como deveria ser esse cuidado e estabelecendo a amamentação como um dever das mães. Constituíram-se, nesse contexto discursivo, os principais elementos que possibilitaram a emergência e a consolidação de representações de maternidade, inicialmente ligadas aos interesses políticos, econômicos, culturais e científicos específicos que as produziram.

Sendo assim, boas mães seriam aquelas que nutrissem um amor incondicional pelos filhos e filhas. Sobre a mãe ideal, Dagmar Meyer (2000, p. 124), colabora: “Tais discursos passaram a posicionar a mulher (categoria então essencializada e universalizada) como sendo, por natureza, uma criatura generosa, abnegada e instintivamente mãe, disposta a qualquer sacrifício por sua cria”. Nessa perspectiva, a maternidade seria uma experiência vivenciada do mesmo modo por toda e qualquer mulher, o que não é verdade, na medida em que elementos como aspectos emocionais, existência ou não de rede de apoio, presença ou não do pai, existência ou não de ocupação profissional pela mãe, condições financeiras e de saúde, entre outras, vão constituindo as formas como as mulheres vivenciam a gravidez, o puerpério e os primeiros anos da vida de suas crianças. Diante da constatação das diferentes formas de viver e exercitar a gravidez e a maternidade, compreendemos a maternidade como uma dimensão múltipla, sobre a qual são produzidos e reiterados discursos sobre como uma mulher-mãe “deve ser”, ancorados em uma visão idealizada e essencializada de mulher e de mãe, inspirados no mito do instinto materno.

O suposto mito do instinto materno, que emergiu os séculos XVII e XIX, advoga que a maternidade era uma tendência, um destino feminino inato. Em

outros termos, toda e qualquer mulher teria como destino a maternidade, que seria desejada “naturalmente”, como algo que estaria dentro de si, pronto para ser vivenciado. Essa concepção também alimenta o “mito do amor materno”, o qual, segundo Elisabeth Badinter (1980, p. 19):

[...] foi por tanto tempo concebido em termos de instinto que acreditamos facilmente que tal comportamento seja parte da natureza da mulher, seja qual for o tempo ou o meio que a cercam. Aos nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deve corresponder determinada atitude maternal.

Assim, inspiradas em Badinter (1980), compreendemos que tanto o instinto materno, quanto o amor materno não são características inatas e naturais das mulheres, mas produções culturais que operam por meio de discursos e práticas educativas que, de tão reproduzidas, foram se naturalizando em nossa cultura. Essa naturalização é reproduzida e ensinada às meninas desde muito cedo, por meio das bonecas-bebês com as quais as brincadeiras consistem em aprender a cuidar, alimentar, vestir, educar.

De modo semelhante, o conceito de maternagem se consolida pois, se somente as mulheres poderiam gestar, eram elas as pessoas mais apropriadas para criar os bebês (BADINTER, 1980). Schwengber e Meyer (2007), definem maternagem como sendo os cuidados que se tem com uma criança para além dos básicos, mas também os cuidados posteriores que os (as) filhos (as) requerem, por um período mais ou menos longo da sua existência. Cabe destacar que esses cuidados são ensinados de modo (quase) sutil por meio das brincadeiras de boneca por meio das quais, em geral, as meninas são socializadas.

Em especial, ao final do século XIX, a mulher adquire maior valorização social, passando a ser a responsável pelo lar e pela criação dos novos cidadãos (MOURA, 2004). Pautadas pelo ideário positivista, as mulheres e seus corpos, a partir da modernidade, são revestidas de um novo simbolismo político; seus corpos não estão mais à disposição de interesses apenas particulares, como transmissão do sangue e do nome da família, mas também de valores coletivos mais complexos, como o vigor de um povo e a organização da sociedade. Embora destacasse a submissão como característica “natural” feminina, a

doutrina positivista não afirmava a inferioridade intelectual das mulheres frente aos homens, uma vez que sob tal perspectiva, eram vistas como complementares (VARGAS, 2008). De acordo com os propósitos positivistas, a mulher ideal deveria ser uma filha obediente, uma esposa dedicada, uma mãe exemplar e, quando pobre, trabalhadora virtuosa (PEDRO, 1997).

Ao relacionar a maternidade com a juventude, é importante ressaltar que o termo “maternidade juvenil” nasce com construção social de juventude, visto que jovem grávida não se diferenciava de mulher grávida, uma vez que as jovens não eram pronunciadas no surgimento da juventude, juventude era algo ligado ao masculino, logo, maternidade juvenil, surge posteriormente. É a partir dos anos 1980 que se começa a questionar o olhar dado às mulheres nos estudos sobre juventude e se começa a incluir as meninas de forma um pouco mais positiva nos trabalhos. Os primeiros trabalhos sobre juventude que têm uma perspectiva de gênero têm como objetivo dar visibilidade às meninas, visto que a noção de juventude estava sempre ligada ao masculino, ao que Weller (2005) aborda ao falar da invisibilidade das culturas juvenis nos estudos feministas, o que acaba por propagar papéis tradicionais atribuídos aos sexos masculino e feminino em nossas sociedades. Diante disso, buscando compreender a maternidade na juventude em um contexto escolar, passamos a dialogar com as jovens mulheres-mães participantes desta pesquisa acerca da maternidade.

MATERNIDADE NA JUVENTUDE: O QUE DIZEM AS JOVENS MULHERES-MÃES DESTA PESQUISA?

Como vimos argumentando, compreendemos que as formas como as jovens exercem a maternidade estejam também ligadas aos modos de viver a juventude na atualidade. São jovens mães dinâmicas, que não deixam de estudar, trabalhar ou divertir-se ao tomarem-se mães, rompendo com o imaginário de abnegação fortemente reproduzido a partir da lógica do mito do instinto materno, aquele que faz com que a mulher abdique de si mesma porque “naturalmente” viveria apenas em função dos/as filhos/as.

Nesse sentido, as estudantes pesquisadas evidenciaram que não conseguem se integrar em uma identidade única os papéis de mãe e estudante, que suas identidades que se deslocam. A concepção de identidade empregada é aqui é baseada em Hall para quem a identidade é móvel, cambiante. Segundo o

autor “o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente” (2011, p.13). Em outros termos, possuímos múltiplas identidades, que disputam entre si nos diferentes espaços sociais que ocupamos.

Nas narrativas das jovens participantes desta pesquisa percebe-se diferentes representações de maternidade, entre elas, aquelas ligadas a necessária constância de cuidados de si, de seus corpos e de suas ações, para melhor cuidado de sua prole. Conforme pontuamos anteriormente, construções discursivas sobre a maternidade, formatadas ao longo dos tempos, corroboram para a organização de tais representações.

Ao serem perguntadas sobre as possíveis mudanças em seus modos de ser e de viver promovidas pela gestação e/ou nascimento de seus filhos e filhas, as jovens participantes dessa pesquisa dizem:

Jovem A: “[...]tive que ter mais responsabilidade para cuidar dele. (17 anos; filho 1 ano e 7 meses)

Jovem L: “[...]mudei meu comportamento, passei a ser mais calma e menos louca (22 anos; filha-4 anos)

Jovem K: “[...]me ensinou a ter respeito e educação com as pessoas. (19 anos, idade do filho: 2 anos)

Os trechos das falas de A, L e K indicam para mudanças em seus comportamentos a partir do nascimento de seus filhos e filhas. Percebemos, nessas falas, pistas de uma certa adequação delas aos comportamentos esperados de uma mãe em nossa cultura. Para Klein (2005, p. 33), há “significados, atributos, lugares sociais e circunstâncias que conferem à maternidade uma condição específica em nossa cultura”. Ou seja, a experiência da maternidade, e da maternidade juvenil, é regulada e atravessada por formas que conferem às mulheres-mães o status de boa mãe ou de mãe irresponsável, por exemplo.

A maioria das jovens participantes desta pesquisa afirmou não desejar que seus filhos e filhas repetissem comportamentos entendidos por elas como inadequados. Gostariam que seus filhos/as fossem estudiosos/as, obedientes e bons alunos e alunas. As histórias de vida das participantes “A”, “L” e “K” são exemplos de nossa afirmação, uma vez que eram descomprometidas com estudos, entrega de atividades e frequência escolar e ainda, protagonizavam cenas de enfrentamento – tanto no espaço familiar, como no escolar, o que, segundo elas, mudou após o nascimento de suas crianças. Em suas respostas,

mencionadas anteriormente, fica evidente a preocupação delas com a maneira de se portar, tratar as pessoas.

Ainda em relação às mudanças que tiveram a partir do exercício da maternidade, algumas das estudantes pesquisadas apresentaram uma preocupação maior com relação à sua saúde por receio de acontecer algo com elas e de não terem alguém, em suas famílias, com disponibilidade para cuidar de seus filhos/as, como pode-se verificar nas narrativas a seguir:

Jovem I: “[...]amadureci muito. Eu nunca mais dormi uma noite inteira, sempre acordo para olhar ele, dar mama ou trocar fralda e nunca mais bebi até me acabar. (Idade: 17 anos; idade do filho: 2 anos)

Jovem C: “[...]eu nunca mais fui à festa regada à sexo e drogas eu era muito louca, agora tenho minha filha né? Não posso fazer essas coisas”. (Idade: 18 anos, idade do filho: 2 anos e 1 mês).

Nas falas das jovens I e C é possível perceber o quanto elas levavam uma vida menos preocupadas consigo, com seus corpos, comportamentos e com sua saúde antes da gravidez, expondo aos riscos da embriaguez e do sexo sem proteção. Em especial sobre tais dimensões, as mulheres sofrem um bombardeio de informações sobre os cuidados com seus corpos, uma vez que elas são responsabilizadas pela “herança” que irão repassar às vidas que carregam em seus úteros.

O comportamento de nossas estudantes se aproxima do que Dagmar Meyer (2006, p. 82) nomeou como “política da maternidade”, que seria uma operação discursiva forjada para descolar “problemas sociais contemporâneos” de diversas ordens, especialmente, educação e saúde “dos contextos e processos sociais mais amplos em que são gerados para vincular sua solução a determinados tipos de relação mãe-filho e ao exercício de uma determinada forma de maternidade” (idem). Em outros termos, deslocam-se os diferentes contextos e situações que levaram essas jovens-mães a engravidarem e terem seus filhos e filhas para focar nelas, em seus comportamentos, cuidados consigo e com as crianças, responsabilizando-as, a partir das relações que estabelecem com o exercício da maternidade, por tudo o que for acontecer. Imersas nessa produção discursiva em torno da maternidade, elas passam a regular-se a si próprias, mudando o comportamento, deixando de ir a lugares que gostavam antes etc., em virtude do senso de responsabilidade que a noção contemporânea de maternidade atribui às mulheres. Não queremos, com isso, excluir o caráter de responsabilidade que cuidados com uma criança exige, mas

queremos colocá-los em perspectiva para indicar, no mínimo, que os pais dessas crianças também devem assumir responsabilidade.

Além dos cuidados de si, as jovens também visibilizam em suas narrativas a necessidade pela organização dos ambientes em que vivem e do cuidado com os companheiros. Na resposta da jovem M é possível perceber o quanto as responsabilidades ao ter um/a filho/a ficam quase exclusivamente a cargo da mulher. A fala dessa jovem-mãe expressa, além dos cuidados com a criança, a responsabilidade de cuidar da casa e dar atenção ao então marido. Fica explícito em sua resposta que a maternidade não é um “mar de rosas” propagado pela mídia com base no suposto “instinto materno”, sob o qual já falamos. A jovem M relata que a maternidade lhe trouxe tristeza também pois, teve que abrir mão de muitas coisas. Em suas palavras:

Jovem M: “[...]nunca mais fiz as coisas que eu fazia antes, sair com minhas amigas, dormir na casa delas e ficar conversando até tarde. Agora tenho um filho “pra” cuidar e tenho que cuidar do meu namorado também. Tenho que fazer o serviço da casa. Não tenho tempo para fazer as coisas que as meninas da minha idade fazem, mas fazer o que se eu engravidei, agora tenho que cuidar dele né? (17 anos, idade do filho: 1 ano e 5 meses).

A fala da Jovem M reproduz lugares tradicionalmente atribuídos às mulheres no contexto de uma sociedade generificada como a nossa, na qual cabe, quase que exclusivamente, às mulheres a responsabilidade pelos cuidados com as tarefas domésticas. Tal responsabilização ocorre mesmo quando as mulheres possuem ocupações remuneradas, mesmo que ganhem mais do que os seus companheiros homens (MARTINS e cols, 2011). Além disso, os cuidados com a criança constituem uma responsabilidade e uma atividade trabalhosa, segundo Badinter (1980, p. 72), “sem dúvida o filho constitui uma dificuldade considerável para todas as mulheres que são obrigadas a trabalhar para viver”.

No tocante ao rendimento escolar, as jovens-mães participantes desta pesquisa apresentam melhoras significativas no desempenho escolar, pois pretendem conseguir um emprego para não dependerem de seus familiares para sustentar os filhos e filhas. A maioria delas ainda reside com as famílias e buscam, com uma maior dedicação aos estudos, constituírem-se como um exemplo para os/as filhos/as, proporcionando a eles/as um futuro diferente do seu. Cabe destacar que a situação dessas jovens destoa dos dados nacionais sobre escolarização de jovens que indicam a gravidez na adolescência como

uma das principais causas de evasão escolar de meninas . Tais assertivas são perceptíveis nas respostas dadas pelas jovens S e T., ao relatarem as consequências da maternidade em suas vidas:

Jovem S: “[...] me tornou uma pessoa mais responsável e preocupada com o futuro. Eu nunca mais fiquei sozinha, pensei em morrer nem me cortei mais por causa de minha filha, ela precisa de mim, vou dar o meu melhor “pra” ver ela bem. (Idade: 17 anos, idade do filho: 2 meses)

Jovem T: “[...]maturidade, paciência, responsabilidade e respeito com as outras pessoas. Principalmente na escola, eu mudei muito. Eu nunca mais fiz as coisas que eu fazia quando não tinha ela tipo sair sem ter hora “pra” voltar, ir em festa todo final de semana, beber. A gente nunca mais saiu desde que ela nasceu, a gente só vai nessas festas de família mesmo, de dia e de noite a gente prefere ficar em casa com ela porque ela gosta de estar na casa dela, com as coisas dela, ela chorava muito quando a gente saía de casa. (Idade: 17 anos, idade do filho: 5 meses).

É possível entender que essas mudanças se devam, em alguma medida, pela potência dos discursos circulantes em espaços como a mídia, a saúde e a escola. Pode-se depreender que tais instâncias movimentem e fortaleçam determinados modos, e certas posturas que uma mãe “deva” assumir. As jovens acreditavam que as atitudes que tinham antes, a maneira “louca” de levar a vida, a falta de comprometimento com os estudos, o desrespeito com outras pessoas, não era condizente com seu novo papel diante da sociedade, ou seja, com o modelo ideal de “ser mãe”. Segundo Meyer (2006, p. 87), os investimentos da racionalidade neoliberal em torno da maternidade têm se ocupado vigiar “o corpo, os comportamentos, as habilidades e os sentimentos maternos”, na perspectiva de “continuar atribuindo à mãe a responsabilidade de gerar e criar”.

Ressaltamos que tais posturas, organizadas por um determinado ideário de maternidade, são pautadas, de acordo com as narrativas das jovens, pela busca de melhoria individual, uma vez que essas jovens buscam ser “exemplo” para seus filhos e filhas. No caso das jovens-mães, as construções culturais acerca da maternidade e da juventude promovem, como relataram as jovens da pesquisa em outros momentos não explorados neste artigo, um misto de sentimentos pois, além de terem que cuidar de uma criança, querem viver sua feminilidade e sua juventude na plenitude. Apesar de vivenciarem a maternidade à partir uma série de indicações que cerceiam, muitas vezes, os cuidados consigo e com seus filhos/filhas, limitando-os aqueles recomendados pelos órgãos de saúde e aos valores sociais outrora propagados, a exemplo dos

cuidados com a saúde nos primeiros anos de vida do bebê, tais jovens ainda verbalizam o anseio de aproveitar sua condição juvenil “ao máximo”, saindo com os amigos e não deixando de ir à festas. A partir de tais dimensões, por vezes contraditórias, compreendemos que tais mães organizam formas diferenciadas de viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso destacar que a gravidez na juventude não é algo novo... tal fenômeno sempre ocorreu! Ao longo dos anos, de acordo com cada época e cada sociedade, a maternidade na juventude acaba por ser constituída de diferentes representações de jovem, de mulher, de mãe. Logo, se até a metade do século XX, nos países ocidentais, as mulheres eram consideradas “velhas” se passassem dos vinte anos sem ter se casado e tido filhos/as. Na atualidade, em uma perspectiva de incentivo à construção de projetos de vida para os/as jovens, compreende-se que neste momento etário, as jovens estariam “na flor da idade”, no momento absoluto para o crescimento/fortalecimento pessoal e profissional. Obviamente, reconhecemos que esse é um padrão que não cabe na vida de todas as mulheres, particularmente, as mais pobres que, em geral, precisam trabalhar e contribuir com a renda familiar desde muito cedo, ou que se envolvem em novos arranjos familiares, casando-se e constituindo uma nova família.

A maternidade juvenil passou a ser considerada, principalmente para as classes sociais mais abastadas, “um problema” uma vez que, causa um grande impacto na vida familiar e leva a jovem-mãe a abrir mão de muitas atividades para cuidar do/a filho/a. Para as jovens de classes pobres, a maternidade é, muitas vezes, um desejo e a única possibilidade para mudar de vida e possuir um status: o de mãe (HEILBORN e cols., 2006). Contudo, conforme buscamos evidenciar nesse trabalho, maternidade juvenil na contemporaneidade se constitui como uma dualidade, as jovens-mães participantes desta pesquisa evidenciam que, se por um lado a gravidez na juventude “atrapalha” ou “adia” planos, por outro leva jovens que apresentavam algum problema escolar, pessoal ou comportamental a repensarem sobre suas vidas e seus modos de ser. Esses aspectos nos levam a pensar que as relações entre maternidade e juventude são complexas e plurais, vivenciadas de formas diferentes, pelas diferentes jovens-mães.

A partir das falas de nossas jovens interlocutoras pudemos depreender que suas representações acerca da maternidade são associadas às práticas de cuidado, consigo e com seu filho/a. E ainda mais: tais falas evidenciam a necessária organização de projetos de vida que visem a melhoria da situação atual na qual vivem. As mesmas jovens que buscam “aproveitar a vida ao máximo”, após a gravidez e o nascimento do/a filho/a mudam de comportamento, passando a assumir mais responsabilidades e a questionar seus modos de existência antes do exercício da maternidade. Ou seja, ser mãe para essas jovens, é tornar-se uma “pessoa melhor”. Acreditamos que visibilizar e problematizar os modos de ser e de viver das jovens-mães participantes desta pesquisa nos ajuda a refletir sobre algumas das condições de (im)possibilidades que organizam a constituição das culturas juvenis femininas.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Nota à imprensa**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/janeiro/nota-a-imprensa>. Acesso em: 01 ago 2020.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues; MARINHO, Andrea; OLIVEIRA, Viviane. **Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio**. Educação e Pesquisa - Revista da Faculdade de Educação da USP, v. 41, p. 1439-1454, 2015.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n.23, p. 36-61, maio./ago. 2003.

DAL'IGNA, Maria Cláudia. 2011. **Família S/A: um estudo sobre a parceria família-escola**. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DEROSA, Marlon. **O que dizem estudos sobre eficácia da “abstinência sexual” para evitar a gravidez precoce.** Disponível em: <https://www.estudosnacionais.com/20446/o-que-dizem-estudos-sobre-eficacia-da-abstinencia-sexual-para-evitar-a-gravidez-precoce/>. Acesso em: 01 ago 2020.

FELIX, Jeane. Estudos culturais e os estudos de gênero: diálogos, aproximações e distanciamentos. In: GONÇALVES, Catarina Carneiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de (Orgs.). **Pelas frestas: pesquisas em Estudos Culturais da Educação.** Curitiba: CRV, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7^a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela M.L.; BOZON, Michel; KNAUTH, Daniela Riva (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a03v13n1.pdf>. Acesso em 31 jul 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. 3 ed. In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 07-34.

MARTINS, Conceição Garcia; DA LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes. **Relações de gênero no trabalho doméstico: um estudo a partir da realidade das trabalhadoras do Instituto Federal de Santa Catarina.** Cadernos de Gênero e Tecnologia, Nº: 23-24, Ano: 13, jul/ago/set/out/nov/dez 2011 28

MEYER, Dagmar E. Estermann. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Gênero** (Niterói), v. 6, p. 81-104, 2006.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; GOELLNER, Silvana V.; NECKEL, Jane Felipe. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2003a.

MEYER, Dagmar E Estermann. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Movimento**, vol. 9, núm. 3, setembro-dezembro, 2003b, p. 33-58.

MEYER, Dagmar E Estermann. **Identidades traduzidas**: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre RS: Edunisc & Sinodal, 2000.

MEYER, Dagmar; FELIX, Jeane. "Entre o ser e o querer ser...": jovens soropositivos(as), projetos de vida e educação. **Educ. rev.** [online]. 2014, vol.30, n.2, pp.181-206. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v30n2/09.pdf>. Acesso em: 01 ago 2020.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 278-321.

SANTOS, Dolneia Aparecida. **Maternidades Juvenis**: o que dizem alunas de uma escola pública de periferia. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2020.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, 5(8), 47-60, 2001.

SCHWENGBER, Maria Simone; MEYER, Dagmar E. Educar corpos femininos como corpos grávidos um olhar de gênero sobre a Pais & Filhos. **Gênero**, 7, 65-77, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez, p. 71-99. 1995.

UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. **Um trabalho inacabado**: a busca por direitos e escolhas para todos e todas. Situação da População Mundial 2019 - Relatório. Brasília: UNFPA, 2019. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/situacao_da_populacao_mundial_final.pdf. Acesso em 08 ago 2020.

VARGAS, Juliana Ribeiro. **O que ouço me produz e me conduz?** A constituição de feminilidades contemporâneas de jovens contemporâneas no espaço escolar da periferia. 2015. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VARGAS, Juliana Ribeiro. **Meninas (mal) comportadas**: Posturas e estranhamentos em uma escola pública de periferia. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. 3ª ed. Brasília: UNFPA, 2009.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; BOUSQUAT, Aylene; BARROS, Claudia Renata dos Santos; ALVES, Maria Cecília Goi Porto. Gravidez na adolescência e transição para a vida adulta em jovens usuárias do SUS. **Revista de Saúde Pública**. 2017; 51: 25. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872016050006528.pdf. Acesso em: 01 ago 2020.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub) culturas juvenis: a arte de se tornar visível. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, 2005.

ZANATTA, Edinara; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato; ALVES, Amanda Pansard. A experiência da maternidade pela primeira vez: as mudanças vivenciadas no tornar-se mãe. **Pesquisas e Práticas Psicossociais** 12 (3), São João del Rei, setembro-dezembro de 2017. e1113. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n3/05.pdf>. Acesso em: 01 ago 2020.

Recebido em 26 de agosto de 2020

Aprovado em 15 outubro de 2020